

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 19/Ago

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2830/2022



APOSENTADORIA ESPECIAL DOS VIGILANTES

ANDAMENTO

PLC 245/2019 – SENADO FEDERAL

ESTAMOS LUTANDO PELA
APOSENTADORIA ESPECIAL

E VOCÊ?



MOBILIZAÇÃO GERAL



Confederação Nacional dos Vigilantes - CNTV
Federações e Sindicatos de Vigilantes

BOAS NOTÍCIAS SOBRE O ANDAMENTO DO PROJETO

Quando dissemos aos colegas vigilantes que juntos somos mais fortes e que a nossa mobilização nos leva longe, há quem duvide, mas ai está mais uma prova.

Denunciamos há alguns meses atrás que o senador Esperidião Amin apresentou parecer ao PLC 245/2019, onde descumpria acordo feito e pedíamos a todos os vigilantes que ajudassem a cobrar o que foi acordado entre os

trabalhadores, governo Bolsonaro e Senadores, tendo em vista que o que foi apresentado acabava com as nossas esperanças de aposentadoria especial.

Pois bem, depois de muito barulho e é claro, perto das eleições, o senador Esperidião Amin, relator do Projeto, REFEZ o seu relatório se baseando no Julgamento do Tema 1031, onde no Superior Tribunal de Justiça – STJ, fomos vitoriosos com a tese de que o vigilante tem direito a aposentadoria especial, independentemente de estar portando arma de fogo ou não.

Esta reviravolta foi muito importante e representa uma vitória muito grande rumo à conquista definitiva deste nosso direito.

Ainda falta muito, mas estamos no caminho certo.

A união e mobilização são instrumentos muito eficazes no nosso sucesso. Esperamos contar com todos.

Tema 1209 – STF

Já que estamos falando em mobilização e andamento da nossa aposentadoria especial, é importante informar aos colegas vigilantes sobre os próximos passos neste julgamento.

O Relator é o Ministro Kassio Nunes e isso

representa uma preocupação já que o governo Bolsonaro é CONTRA a aposentadoria especial dos vigilantes brasileiros.

O processo recebeu pedido da Advocacia Geral da União – AGU para fazer parte do processo. O que foi aceito. Eles apresentaram uma petição onde se colocam a favor do INSS e contra os vigilantes, alegando que a nossa aposentadoria especial, representaria um impacto financeiro de algo em torno de 2 bilhões de reais, desconsiderando totalmente que esta aposentadoria que estamos tentando ter é direito nosso, não vem de graça e que contribuimos com estes valores.

Nosso pedido é justo! Não é regalia!

O processo está concluso para julgamento do relator, precisamos aguardar. Mas, não aguardarmos quietos, aceitando o que pode vir pela frente, mais uma vez temos que nos mobilizar e apresentamos ao Ministro Relator o quanto esta aposentadoria especial é uma questão de justiça para um trabalho tão perigoso e penoso quando o nosso.

Temos que mandar manifestações não só ao relator, mas a todos os ministros do STF que estarão participando deste julgamento.

Juntos somos imbatíveis.

Fonte: CNTV

GABINETE MINISTRO NUNES MARQUES

Telefone para contato: 61 - 3217-4789

E-mail: gmmn@stf.jus.br

Vamos lá, pessoal!



Natal/RN 18 de agosto de 2022

Informativo de responsabilidade do Sindforte-RN

Ano XII N. 16

O Sindicato Estadual Dos Trabalhadores Vigilantes Em Transporte De Valores, Carro Forte, Escola Armada, Carro Leve E Trabalhadores Do Caixa Forte E Tesouraria Bancaria Do RN – Sindforte

O SINDFORTE-RN, TEM REUNIÃO COM GERÊNCIA DA TB FORTE RN.



O Sindforte-RN, recebeu na tarde desta quinta dia 18 de agosto de 2022 na sede do sindicato, os gerentes da TB Forte , nas pessoas do Srº Eder (gerente regional) e Srº Rodrigo Ollian (gerente operacional), atendendo a uma solicitação do Sindforte-RN para resolver e avançar em algumas demandas, como por exemplo: Máquina de gelo que já estão finalizando a compra e logo após a instalação para maior comodidade dos trabalhadores, sala de descanso que já está em pleno

funcionamento e sobre uma demanda do setor de tesouraria sobre o calçado a empresa se comprometeu em pagar junto com o fardamento, situação já estão resolvendo, e outras demandas administrativas para dar melhores condições de trabalho a unidade do RN, a conversa foi bastante produtiva e conseguimos avançar bastante e trazer mais benefícios e condições de trabalho aos trabalhadores.

Sindforte-RN, separados somos fracos mais unidos somos IMBATÍVEIS

ATUAÇÃO DO SINDIVIGILANTES RESULTA NO PAGAMENTO DOS VIGILANTES DA PLANTÃO



A atuação do Sindivigilantes em notificar as empresas contratantes e se reunir com o Procuradoria Geral do Estado (PGE) resultou no pagamento dos vigilantes da Plantão que atuam nos contratos da UFES de São Mateus, SEFAZ e CONAB. Os trabalhadores estavam com seus salários atrasados e a empresa não tomava providências para resolver a situação.

Os pagamentos dos salários atrasados aconteceram nesta terça-feira (16), um dia após a reunião do sindicato com a Procuradoria Geral do Estado. Além disso, a empresa foi orientada pela PGE a se adequar e se regularizar quanto aos contratos por estar cometendo irregularidades. Esteve presente na reunião o presidente do Sindivigilantes Edimar de Oliveira Campos juntamente com o advogado do sindicato, Leonardo.

Uma nova rodada de conversas na Procuradoria Geral do Estado está marcada para a próxima segunda-feira (22), quando representantes da empresa Plantão estarão presentes além do sindicato.

O presidente do Sindivigilantes e toda a sua diretoria executiva percorreram os locais onde a empresa Plantão tem contrato para averiguar a situação dos trabalhadores e notificar os respectivos órgãos públicos.

O pagamento dos trabalhadores é o resultado de um esforço contínuo e luta na defesa dos vigilantes patrimoniais.

FONTE: Assessoria de Imprensa
Sindivigilantes – Mary Martins)

Senadores comemoram decisão do STF para indenizar profissional de saúde vítima de covid



Atendimento a doente de covid-19 em Santarém (PA), em 2021

Pedro Guerreiro/Agência Pará

Senadores comemoraram pelas redes sociais a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de validar, por unanimidade, a lei aprovada pelo Congresso Nacional que prevê compensação financeira a profissionais de saúde que atuaram na linha de frente do combate à covid-19 e ficaram incapacitados para o trabalho de forma permanente por terem contraído a doença (Lei 14.128, de 2021). A norma também prevê indenização a dependentes, em caso de morte do profissional.

No julgamento virtual que ocorreu na segunda-feira (15), a corte negou ação proposta pelo presidente Jair Bolsonaro contrária à lei.

“Nada pode tirar das famílias a dor da perda de um ente querido. O país, no entanto, tem que se solidarizar com as vítimas da covid. E isso ocorre quando o Supremo Tribunal Federal confirma a validade jurídica da lei aprovada pelo Congresso Nacional de dar uma indenização simbólica aos familiares dos profissionais de saúde que morreram cuidando e salvando vidas na linha de frente do combate à pandemia”, declarou o senador Fabiano Contarato (PT-ES).

O projeto que deu origem à lei (PL 1.826/2020)

havia sido aprovado pelo Congresso em 2020, mas foi vetado integralmente pelo governo, “por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade” (VET 36/2020). No entanto, o veto foi derrubado pelos congressistas no dia 17 de março de 2021, e a lei foi promulgada em seguida. No entanto, em agosto do ano passado a Presidência entrou com a ação no STF pedindo a suspensão dos efeitos da norma.

O senador Otto Alencar (PSD-BA) foi o relator da matéria quando tramitou no Senado. Ele comemorou o entendimento do STF:

“Foi correta a decisão do STF em validar a Lei 14.128/2021, da qual fui relator no Senado, que indeniza profissionais de saúde que atuaram na linha de frente durante a pandemia e ficaram incapacitados para o trabalho, dos seus cônjuges e dependentes, órfãos da covid”, afirmou pelo Twitter.

A lei também prevê a indenização de R\$ 50 mil aos dependentes dos profissionais que morreram pela doença, por estarem atuando no enfrentamento da covid-19.

Fonte: Agência Senado

Projeto prevê que autores de feminicídio ressarcam INSS por despesas previdenciárias

Jefferson Rudy/Agência Senado



Proposta altera a Lei de Benefícios da Previdência Social

O Projeto de Lei 6410/19 prevê que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) entre com ação judicial regressiva contra autores de feminicídio, para assegurar ressarcimento de prestações pagas do Plano de Benefícios da Previdência Social. As ações teriam como objetivo ressarcir o INSS por despesas com aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e pensão por morte.

Já aprovada pelo Senado Federal, a proposta está em análise na Câmara dos Deputados e altera a lei que trata do Regime Geral de Previdência Social (Lei 8.213/91). A norma hoje já prevê o ingresso de ações regressivas contra autores de violência doméstica e familiar.

Autora da proposta, a senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) explicou que hoje a lei já alcança os casos de feminicídio praticados no ambiente familiar, mas não as demais hipóteses, em que a vítima do crime não guarda com o agressor uma relação de natureza familiar, mas em que o crime traduz menosprezo ou desprezo à mulher, por sua intrínseca condição feminina.

Tramitação

A proposta será analisada em caráter conclusivo pelas comissões de Defesa dos Direitos da Mulher; de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem - Lara Haje

Edição - Ana Chalub

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Consignado do Auxílio Brasil autorizado por Bolsonaro é exploração, agiotagem

Para o professor de economia da PUC-SP, Ladislau Dowbor, a cobrança de juros altos no empréstimo consignado dos mais pobres, que pode chegar a 79% ao ano, é agiotagem, exploração

NALU VACCARIN / MGIORA



A possibilidade de beneficiários do Auxílio Brasil poderem contrair empréstimos consignados de até 40% do valor que irão receber – R\$ 600, apenas até o final do ano -, é duramente criticada por institutos de defesa do consumidor e por economistas. Para eles, os juros extorsivos de 79% ao ano que será cobrado da população em vulnerabilidade social é uma agiotagem que só beneficiará os bancos e instituições financeiras.

O termo vulnerabilidade social se refere a pessoas em situação de fragilidade, que estão

expostas, desprotegidas, desamparadas como as 33 milhões que passam fome e as 125 milhões não conseguem fazer as três refeições diárias.

É para defender essas pessoas que correm risco de um grau de endividamento nunca visto na história do país que entidades decidiram emitir a **“Nota em Defesa da Integridade Econômica da População Vulnerável**, a ser entregue ao final da campanha ao Ministério da Cidadania. Os signatários pedem que a Pasta reavalie as medidas que irá tomar a respeito do assunto. **Veja abaixo como participar.**

Entre os signatários da nota está o economista e professor da PUC de São Paulo, Ladislau Dowbor. Ferrenho crítico do empréstimo consignado para os beneficiários do auxílio Brasil, ele explica que o que se faz no Brasil é agiotagem.

“Sou a favor da renda mínima e da transferência de renda, mas endividar ainda mais os vulneráveis é oferecer um veneno travestido de sobremesa. A pessoa vai pagar aos bancos muito mais do que recebeu de auxílio e como sempre quem ganha é o mercado financeiro, que já manda no país”, afirma Dowbor.

O professor explica que só no Brasil se cobra esses juros extorsivos. Segundo ele, na Suíça, os empréstimos para empresas e pessoas físicas não passam de meio por cento a um por cento ao ano. No Canadá os juros mais altos são do rotativo do cartão de crédito, mas não passa de 11% ao ano. Aqui chega a 380% ao ano.

“No Brasil, o crédito que oferecem é de agiotas. Por isso que existem 70 milhões de adultos no país endividados e 25% deles estão em situação de bancarrota pessoal”, conta Dowbor.

Para o economista, só há uma razão pela qual o governo de Jair Bolsonaro (PL), autorizou o empréstimo consignado por meio do Auxílio Brasil; os bancos mandam no país e neste governo.

A grande vantagem para a Faria Lima, avenida em São Paulo, que concentra a maior parte do mercado financeiro, segundo o professor, é que ela sabe que a exploração pelo salário, com redução de ganhos, pode ter resposta dos trabalhadores com protestos e greves, já quem está endividado não vai para porta do banco protestar.

É a exploração por meio dos juros. O dinheiro do auxílio Brasil vai ser retido pelos bancos e as pessoas só vão notar que vão pagar mais do que receberam depois das eleições. É escandaloso-Ladislau Dowbor

O economista analisa ainda que os grandes bancos, como Santander, Itaú e Bradesco, entre outros, que decidiram não oferecer o crédito consignado do auxílio Brasil, não foi por acharem que é aviltante explorar os mais pobres, mas pelos “ventos” que podem mudar com a eleição presidencial, em outubro.

Para Dowbor, outro exemplo de que o atual governo pouca se importa com a pobreza é o fato de deixar o país exportar grãos enquanto a população passa fome.

“Só de grãos exportados daria para cada brasileiro comer três quilos e meio por dia. A Índia proibiu a exportação para que sua população não passasse fome. Aqui deixam o povo passar fome e ainda promovem o seu endividamento para dar lucros bilionários aos bancos”.

Brasil tem recursos para fazer transferência de renda, sem exploração

Para Dowbor, o Brasil tem recursos para fazer a transferência de renda e gerar progresso econômico. Ele cita como exemplo, o Bolsa Família, que a cada um real investido, gerou o retorno de R\$1,78.

“É preciso transferir mais recursos que vão gerar capacidade de consumo e bem-estar para as famílias. Portanto, é preciso retomar as políticas sociais que não são gastos, são investimentos que voltam para a sociedade e o governo”, conclui o economista.

Como assinar a Nota em Defesa da Integridade Econômica da População Vulnerável

Entre os apoiadores da nota, estão o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), a Defensoria Pública do Estado de São Paulo e a Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP - por meio do Programa de Apoio ao Endividado.

A nota já foi assinada por mais de 300 pessoas até essa segunda-feira (15). Alguns dos signatários foram os professores de economia Luiz Gonzaga Beluzzo, Ladislau Dowbor e Laura Carvalho. Os juristas Roberto Pfeiffer, Ricardo Morishita, Ronaldo Porto Macedo Júnior, Bruno Miragem e Kenarik Boujikian. Além da presidente do Conselho Diretor do Idec, Marilena Lazarini.

Defensorias Públicas de vários estados, Ministérios Públicos de diferentes localidades, Procons e outras instituições da sociedade civil também assinaram.

FONTE: CUT - Rosely Rocha | Editado por: Marize Muniz

Inflação dos mais pobres é quase o triplo da dos mais ricos



Mais preocupado com a reeleição do que com a brutal queda no poder de compra dos brasileiros mais pobres, o presidente Jair Bolsonaro (PL), implementou medidas para reduzir os preços dos combustíveis, mas nada fez para controlar a inflação dos alimentos, que atingiu 14,72% no acumulado de 12 meses até julho, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial do Brasil, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Inflação dos alimentos: Brasileiros deixam produtos básicos na boca do caixa

O resultado é que a diferença entre a inflação dos 10% mais ricos e dos 10% mais pobres da população brasileira aumentou em julho nas faixas de renda utilizadas para o cálculo do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A diferença chegou a 0,69 ponto percentual, maior valor desde dezembro de 2020 (0,81 ponto).

De acordo com o IPC/FGV, a deflação – queda de preços – para as famílias na faixa de 1 (R\$ 1.212) a 1,5 (R\$ 1.818) salários mínimos foi de 0,36% no mês passado. Já no caso das famílias com renda entre 11,5 (R\$ 13.938) a 33 (R\$ 39.996) mínimos, a queda de preços foi de 1,05% – praticamente o triplo.

O grupo transportes, influenciado pela redução no preço e nos impostos sobre a gasolina, registrou deflação de 3,66% para os mais pobres e de 4,68% para os mais ricos. Ou seja, 1 ponto percentual a mais na faixa de renda mais elevada.

Em 12 meses, o IPC da FGV acumula alta de 7,82% para os mais pobres e 7,43% para os mais ricos. Nos alimentos, a alta é de 16,2% e 13,8%, respectivamente, nas duas faixas.

Em julho, o IPCA teve deflação de 0,68%.

A queda ficou concentrada em 2 dos 9 grupos de produtos e serviços pesquisados: transportes (-4,51%) e habitação (-1,05%). Se não fosse essa queda, o IPCA de julho teria uma alta de 0,70%, segundo o IBGE.

Faltam políticas, diz Dieese

Para o Dieese, os efeitos da inflação e a falta de políticas para o combate à fome e para derrubar os preços dos alimentos aliados à queda de renda dos trabalhadores, são os principais entraves para que se diminua a desigualdade social e a economia volte a crescer, com geração de emprego e renda.

“O problema é que no Brasil temos um governo que não tem políticas públicas para a alimentação. O governo deixou de ter estoques reguladores e não retira impostos da importação de determinados produtos”, diz a técnica do Dieese Adriana Marcolino.

“O leite, por exemplo, se você percebe que o

preço interno não vai baixar, retire impostos de importação e compre o produto lá fora. Vários países têm feitas políticas neste sentido para que a sua população não passe fome, mas aqui é o lucro acima de tudo”, complementa Adriana.

As causas da inflação, que tem aumentado a desigualdade social no Brasil, serão abordadas durante a “17ª Jornada Nacional de Debates do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese)”, a ser realizada nesta quarta-feira (17), a partir das 18 horas, no curso gratuito, online, da “Escola Dieese de Ciências do Trabalho”, com duração de algumas horas.

Fonte: Marize Muniz – CUT Brasil

“Trabalhador tem que votar em quem tem compromisso com trabalhadores”, diz Vigilante



Artigo do deputado distrital Chico Vigilante (PT) denunciando casos de assédio aos trabalhadores nas empresas terceirizadas para

que votem nos “patrões”, que são candidatos nestas eleições, chamou a atenção da mídia, como o Portal Brasil 247. Vigilante está reunindo

todas as informações recebidas até agora para entrar com ação junto ao Ministério Público Eleitoral (MPE), inclusive com os nomes dos que estão cometendo essa prática espúria. O parlamentar reiterou que não aceitará esse tipo de prática, que remonta ao tempo dos coroneis, esclarece às pessoas o que está acontecendo e pede que votem em candidatos “que tenham compromisso com os trabalhadores”. Leia, abaixo, o texto de Chico Vigilante:

Casos de assédio aos trabalhadores nas empresas terceirizadas devem ser denunciados

As eleições começaram e preciso fazer um esclarecimento que vale não apenas para os trabalhadores do Distrito Federal, mas para todo o país. Tenho recebido constantemente informações de amigos e amigas trabalhadores terceirizados para contar que estão sofrendo vários tipos de assédio por fiscais e representantes das empresas em que trabalham, cujos patrões são candidatos nestas eleições. Pessoas que têm exigido o voto deles e que chegam a fazer chantagens dizendo que se os “patrões” não forem eleitos, eles podem vir a ser demitidos.

Estou recolhendo todas as informações para formalizar denúncia junto ao Ministério Público Eleitoral sobre cada um dos casos. E quero alertar a todos para que não fiquem acreditando nesses assediadores que tanto os têm procurado. São picaretas, fiscais de empresas terceirizadas, proprietários e paus mandados dessas empresas que estão percorrendo postos de serviços e até mesmo

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

as casas das pessoas para pressioná-las pelo voto.

Quando há um atraso de pagamento dos terceirizados, é o Chico Vigilante, assim como os demais parlamentares que têm compromisso com os trabalhadores, que ficam na frente defendendo que esse pagamento seja efetuado. Da mesma forma, quando uma empresa perde a licitação de um contrato, a que a substitui é obrigada a contratar os mesmos trabalhadores, no caso do DF, porque uma lei de minha autoria obriga a contratação dos terceirizados da empresa que sai.

Também é por conta de uma lei de minha autoria que as empresas do DF são obrigadas a recolher as parcelas rescisórias e colocar o valor numa conta especial para que os trabalhadores não levem calote. É importante que a verdade seja dita: Empresa de prestação de serviços não gera emprego. Quem gera emprego é o tomador de serviços, que conta com um número exato de trabalhadores. Portanto para contratar um trabalhador, o tomador tem de demitir outro e não vamos permitir que isso aconteça.

Vamos denunciar e colocar na cadeia todos os que estão cometendo essa prática abusiva e absurda para os dias de hoje que é o assédio. Peço a todos que acreditem em quem trabalha, acreditem em quem tem uma história de luta em defesa de vocês. Não troquem seu voto por uma promessa vaga, nem por quem só faz picaretagem.

Chico Vigilante

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF